



Educação e Pesquisa

ISSN: 1517-9702

revedu@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Fernandes, Rogério

Notas em torno de retratos de criança

Educação e Pesquisa, vol. 26, núm. 1, junho, 2000, pp. 87-97

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29826107>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Notas em torno de retratos de criança

Rogério Fernandes
Universidade de Lisboa

Resumo

Ao desatacar o cáráter polissémico da palavra criança, o artigo questiona tal polissemia para tempos pretéritos. Afirma que o vocábulo foi muitas vezes substituído por outros, como intuito de designar com mais propriedade as fases de desenvolvimento infantil e problematiza com isto o estudo clássico de Philippe Ariès acerca do sentimento de infância na Idade Média.

As análises partem de uma releitura da Crónica de D. João I, de Fernão Lopes e rastream no texto do cronista as palavras usadas para significar criança na acepção que hoje se dá ao termo. O propósito foi o de efetuar sondagem em uma das obras desse grande criador da língua portuguesa no período considerado. A essa fonte acrescentam-se algumas páginas da literatura que focaliza a criança em diferentes situações, cuja análise permitiu reconstituir as diversas representações de crianças, as quais, por sua vez, de põem sobre traços significativos da mentalidade pedagógica, em Portugal, quanto ao modo de conceber a infância.

Conclui pela necessidade de compreender o termo infância em seu plural, pois assim na variedade de perfis que essa categoria histórica, social e psicológica comporta; e alerta para o facto de que é preciso recordar que os retratos de crianças não provêm diretamente de crianças, mas foram produzidos por aqueles que já não eram meninos.

Palavras-chave

Infância – Criança – Literatura portuguesa.

Correspondência para:
Rogério Fernandes
Faculdade de Psicologia e
Ciências da Educação
Universidade de Lisboa
Al. da Universidade
1649-013 Lisboa – Portugal
e-mail:
rfernand@fpce.ul.pt

Notes about children's portraits

Rogério Fernandes
Universidade de Lisboa

Abstract

By highlighting the polysemic character of the word 'child', this paper questions such polysemy in past times. The paper asserts that the word 'child' has many times been substituted by others with the purpose of designating more properly the phases of the child development. By doing that, the classic study by Philippe Ariès about the feeling of childhood during the Middle Age is questioned.

The analyses start from a re-reading of the Chronicle of D. João I, by Fernão Lopes, and it traces in the author's text the words used to denote 'child' in its current meaning. The paper's objective was to investigate one of the works of this great author of the Portuguese language in the period studied. Besides Lopes' work, some other pages of the literature that present the child in different situations were also examined. The analyses allowed the reconstruction of various representations of children that revealed significant facets of the Portuguese pedagogical thinking as regards ways of conceiving the childhood.

The paper concludes by arguing for the need of a plural understanding of the term childhood. The plurality would signal to various profiles that this historical, social and psychological category allows. The study also calls attention to the fact that the portraits of children have not come directly from the children themselves but they have been made by those that were no longer children.

Keywords

Childhood – Child – Portuguese literature.

Correspondence:
Rogério Fernandes
Faculdade de Psicologia e
Ciências da Educação
Universidade de Lisboa
Al. da Universidade
1649-013 Lisboa – Portugal
e-mail:
rfernand@fpce.ul.pt

Apalavra *criança* cobre hoje uma diversidade de significações que nos permite a sua utilização em diferentes contextos. Essa característica polissêmica nem sempre verificou. O vocábulo era muitas vezes substituído por outros que designavam com mais propriedade as fases de desenvolvimento infantil.

Vem isto a propósito da teoria de desenvolvimento da por Philippe Ariès acerca do sentimento de infância na Idade Média, tema que tem sido objecto de viva contestação, apesar de o próprio investigador ter confidenciado que gostaria de ter prolongado o seu contacto com aquele período histórico.

Entretanto, o ponto de vista dos novos historiadores da infância não se compagina com o de Ariès. Ri ché, por exemplo, chama precisamente a atenção para o esquecimento a que a história da criança na Idade Média foi injustamente votada.

É indubitável que a história da cultura intelectual e do ensino foi privilegiada e a da educação propriamente dita não tem ainda o lugar que deveria ter. A criança foi a grande esquecida dos historiadores da Idade Média, ao passo que verificamos pelos documentos escritos e pela iconografia que a criança está presente na família, na escola e na sociedade. (Ri ché, 1991, p.38)

Da niè le Alexandre-Bidon (1991), por sua vez, recorda que a história do ensino *primário* na Idade Média é um fenómeno relativamente recente, que ainda no início dos anos 80 não era coisa vulgar. Insuficientemente estudada, mal estudada, tinha-se quase a impressão de que tudo começava no colégio, ao passo que, na realidade, tudo começa à mesa da ama! De resto, tantas relações semânticas ligavam a aprendizagem da leitura e a alimentação das crianças que o caso não é nada de espantar: mesa e mesinha, alimentar o corpo e *nutrir* o espírito, o mesmo termo significando, nessa época, ali mentar e educar (id., p.52-53).

É evidente que, por nossa parte, não podemos prestar um contributo de importância para o tema da criança no quadro medieval. Limitámo-nos, em primeiro lugar, a proceder a uma releitura da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, rastreando no texto do imortal cronista as palavras usadas para significar *criança* na acepção que hoje damos ao vocábulo. Desta perspectiva, pretendemos apenas proceder a uma sondagem numa das obras de um grande criador da língua portuguesa no período considerado.

Além disso, algumas páginas da nossa literatura focam a criança em diferentes situações. A sua análise permitiu-nos reconstituir as diversas representações de crianças que foram sendo feitas, as quais, por sua vez, de põem sobre traços significativos da mentalidade pedagógica portuguesa quanto ao modo de conceber a infância.

Tra ta-se, por tanto, de um pe que no ensaio destina do a mapear al guns terre nos susceptí ve is de son da gens mais pro fun das.

A criação, a mãe e a ama

O costume de as famílias senhoriais entregarem os filhos à amamentação das amas, do mesmo modo que os Municípios, as Misericórdias e os Hospitais dos Expostos confiavam a estas a criação dos órfãos e dos expostos (ou engeitados), é referenciado na alvorada da terra portuguesa. Os Cancioneiros medievais contêm alusões a essa prática, censurada por uns, aprovada ou pacificamente aceite para outros. Há mesmo uma justali tária em relação a essa prática.

O ofício das amas era muitas vezes desvalorizado, assim como as proffi sões ou capacidades dos respectivos maridos, visto que se tratava de gente pobre em cujas residências eram, todavia, tratados na puerícia os meninos das famílias opulentas. Havia casos, porém, de residência das amas em casa da família que lhes confiava os filhos. A carta de

comtia, por exemplo, cuja entrega, segundo Fernão Lopes, era feita pelo *escrivão dos maravedis*, era colocada no peito do menino, estando este no berço ou no colo da amas e aca só a ti ves se (id., p.178-179, v.2).

Apesar das críticas, a entrega de crianças às amas continuará até ao século XIX adiantado, embora, nesse tempo, semelhante recurso fosse maioritariamente procurado nos casos de ilegitimidade. As páginas finais de *O crime do Padre Amaro* focam precisamente um desses casos de criadores de meninos, sobre os quais se cai suspeita de assassinio, o que poderia ter praticado a coberto de elevadas taxas de mortalidade infantil, beneficiando integralmente da quantia já recebida para suportar as despesas da criação. Pensa-se, de resto, que esse episódio poderia ter sido inspirado a Eça de Queiroz por um facto real. Foi tor na do pú bli co, por ou tro lado, que D. João VI per do u a uma ama um nú me ro bas tante im po nen te de as sa sí nio de be bés, sob a pro mes sa de que não re in ci di rian essa prá ti ca.

Seja como fôr, em Fernão Lopes achamos a declaração expressa da relação afectiva das mães e das amas para com a criança que criavam: “(...) a ma dre na door do fi lho e a ama que o cria sem te(m) mor pena que outro nen huu (...)” (id., p.100).

Esta relação afectiva não anulava o des pren di men to so ci al com que era ol ha do o nas ci men to, o que, segundo Ariès, se devia à incerteza quanto à sobrevivência do bebé, nos primeiros tempos de vida. A ausência de registos de nascimento embaraçava a atribuição da idade real. Fernão Lopes deixa transpa recer tal di fi cul da de, quan do es cre ve: “(...) e de i xou por her de i ro seu fi lho (...) em ida de *pou co mais ou me nos* de quin ze a ãos” (id., p.208; itá li co nos so); “Este dom Joam (...) se ria de ida de *ataa [até] se sem ta annos* (...)” (id., p.211; itá lico nos so).

A pequena idade

A *idade pequena* ou *pequena idade* (id., p.208 e p.211) ti nha os 11 anos como pon to de

re fe rên cia (id., p.308 e p.311). Nessa fase etá ria in co po ra vam-se vá ri os está di os e gra us de de sen vol vi men to.

A palavra *parvo*(s) aparece conotada com os con ce i tos de ino cên cia e de man si dão (*os ino cen tes par vo os...*, *tam doce como par voo...*), mas representava já um período de aprendabilidade, o da fala: os *parvoos* ou *parvulos* eram crianças de colo a quem as mães ensinavam a falar: “(...) em du ziam às ma dres os ino cen tes par voos que ti nham do colo (...) em si nan do-lhes como dis ses sem (...)” (id., p.261, v.1).

As *crianças*, por sua vez, eram me ni nos de pe i to ou mes mo ain da não nas ci dos em fase de ges ta ção. Assim se ex pli ca o sen ti do de fra ses como aque las que adi an te se trans cre vem: “Des fale çia o leite aaquellas que ti nham crianças a seus pe i tos (...)” (id., p.307), ou: “(...) com mol he res e fi lhos e mui tas cri an ças pe que nas (...)” (id., p.387), ou, final men te, a alusão ao aborto da Rainha que, muito preocupada com a saúde do marido, “de guisa que logo moveo de hua criança (...)” (id., p.256.)

A palavra *menino(a)s* designava, em ge ral, uma cri an ça com um grau ma i or de de sen vol vi men to fí si co e de resis tên cia. O seu ves tuá rio, por ém, per ten cia ain da ao es ca lã o da cri an ça: “(...) os tra pos dos me ni nos (...)” (id., p.268). A sua ro bus tez per mi tia a apli ca ção de cas ti gos co rpo ra is: “(...) que elle o açoutaria no cuu, como fazem ao menino” (id., p.268); “(...) que o em ten dia da çou tar no cuu come me ni no” (id., p.297.) No en tan to, a pa la vra *menino* tam bém po dia sig ni fi car cri an ça de ber ço, con for me o co rre no mes mo li vro (id., p.178-179, v.2).

Seguiam-se os *moços*, pa la vra que apre sen ta va um in te res san te gra da ção. Os *moços* ou *moças pequenos*, in clu si ve com me nos de um ano, dis tin gui am-se dos que se desig na vam sim ples men te por *moço* ou *moças*. Deste modo, Fernão Lopes re fe re-se a uma “*moça pequena de oito meses nada, que no berço homde jazia se levantou* (...)”, isto é, a uma

criança do sexo feminino, ainda de berço e apenas com oito meses (que se levantou por sinal devido a um prodígio). Referência se acha também a moços de três e quatro anos, os quais andavam “*pedindo a pampella da de por amor de Deos, como lhes em si na vam suas maldres (...)*” (id., p.307).

Os *moços pequenos* emparelhavam com homens e mulheres e podiam ser objeto de penas judiciais graves, inclusive a pena máxima. Foi o caso narrado por Fernão Lopes. Homens, mulheres e moços tinham empreendido o roubo de erva de uma vila para o arreal, visto que ela estava faltando, mas o roubo foi feito à revelia da vontade do Mestre. Agindo sem mandado do rei, e gritando falsa mente que a vila estava tomada, “*foram lá os moços e azeite e hoimes de pe*”, acabando rapidamente com toda a erva. Nessas condições, o Mestre não hesitou em mandar prender um moço pequeño (id., p.379). Seguiram-se outras prisões: “*El Rey ouve desto mui grande menençoria, e mandava prender quantos acha sem que a tomassem, e foram presos e levados ante ele seis moços culpados em esto.*” Um nobre da Corte intercede mas em vão: “*num cantas boas rezo e es pode dizer a El Rei e lhe pedir por merce que o de mo ver pode se que os namandas de ce par*” (id., p.291, v.2). Para efeito de justiça, os moços pequeños iam lado a lado com os adultos e sofriram a sua sorte: “*(...) levando cativos todollos homes e mo lheres e mo ços e g(u)ados e qua(n)to acharam*” (id., p.291).

Um passo em frente no crescimento

A palavra *cachopo* designava visivelmente a criança que passava pela primeira infância, e cujas brincadeiras eram já imitativas de atividade das adultas, mas não fazendo, por outro lado, capacidade de iniciativa grupal. É o que parece lícito deduzir das seguintes palavras de Fernão Lopes: “*(...) começa rom multos cachopos e sair fora da cidade sem lho mandando neguem*

[ninguém] (...) com cavallinhos de canas que cada huu fazia (...) (id., p.390); “*Nem falo dos cachopos que sayão de ceber el Rey quando foi pera Coimbra (...)* ca dirão que lhe(s) podia ser em si na do” (id., p.124, v.2). A força física do cachopo é, porém, muito inferior à do adulto. Desse modo, o fanfarão é comparado com a criança crescida: “*(...) como se fosse hu grrão lutador trabalhado-vos perdiri bar [derubar] huu cachopo*” (id., p.85).

Entre o cachopo e o *mancebo* interpunha-se considerável distância em termos de idade: o mancebo podia contar pouco mais de 20 anos, sendo, aliás, escudeiro-fidalgo (id., p.296-297). Apesar disso, o cachopo dispunha de robustez suficiente para apanhar sozinho um feixe de varas e dispor-se a refrega (id., ib.).

Finalmente, a palavra *rapaz* designava indivíduos com idade e força suficientes para serem *besteiros*, isto é, manusearem armas mais pesadas dos exercícios (id., p.379).

A integração social e a menoridade

Até aos 25 anos, segundo as disposições jurídicas produzidas por imperadores e reis, dizia o Conselho de Castela que o homem deveria ser considerado menor (id., p.313, v.2). Em consequência, havia práticas sociais cuja concretização, ocorrendo na infância, tinha de ser adiada pelo menos até a adolescência, apesar de essas dilatações continuarem a agravar o nível social consideráveis.

Fernão Lopes apresenta algumas situações características desse período e relativas ao matrimônio. Os 14 anos de idade parecem marcar um nível de idade a partir do qual o casamento pleno era possível, já que se determinou que o segundo filho do rei de Castela, o Infante D. Fernão, “*não se possa sen tomar se mo lher ne nhua*” até que seu irmão fosse de 14 anos, tendo ele 9 anos nessa época. Por outro lado, sendo o Infante D. Henrique de 9 anos, tratava-se do seu casamento (id., p.263 e

p.411). Na mesma *Crónica* somos informados de que o rei de Castela sondara um dos filhos sobre a possibilidade de se casar com uma menina que então contava 4 anos, tendo ele 20, pelo que de veria esperar 9 ou 10 anos para casar efetivamente (id., p.446). Outro caso era o do jovem que só com 16 anos é junto com sua mulher que, nessa altura, já contava 27 (id., p.446). Uma menina, sendo moça de 14 anos, seria recebida pelo rei de Castela em Palença, a fim de aí ser celebrada solemne mente a festa de sponsais (id., p.265).

Ha veria, pois, uma distinção nítida entre o casar e o “*tomar mulhe*”, ou seja, o viver maritalmente. As conveniências e os interesses impunham opções inteiramente alheias à idade e sentimentos da queles em nome dos quais eram tomadas.

Uma visão adultocêntrica da criança

Independentemente das relações afectivas que se entrecruzam na Idade Média entre progenitores e filhos, as relações sociais remetem-nos para uma sociedade estruturada segundo o pensar e o querer dos adultos. A criança e o jovem eram fortemente comandados a partir de interesses que interferem com as suas vidas de uma forma absoluta. Para os adultos, a criança não dispunha de capacidade para se reger de modo racional. “A alma de um menino, que vem a ser?”, perguntava o Padre António Vieira: “Uma vontade sem afectos e um entendimento sem uso.”

Uma cena infantil no Paço Real

A literatura memorialística, do mesmo modo que outros *ego-documentos*, constitui uma das fontes mais ricas em ordem à reconstrução histórica do passado infantil dos adultos. Perante os silêncios sem história das crianças que somos, é preciso recorrer às memórias vivas das crianças que fomos.

A infância do Marquês de Fronteira e d’Alorna parece ter deixado traços muito vivos na sua lembrança. Nas ci do em 1802, fica órfão quando está prestes a completar cinco anos. Sendo impossível entregar a sua tutela a sua avó materna, a Condessa d’Oyenhausen, futura Marquês de Alorna, pelo facto de se encontrar exilada em Inglaterra, receberia esse encargo um dos seus tios, o Marquês de Belas. Este, recorda o Marquês de Fronteira e de Alorna, graças às influências de que dispunha no Príncipe Regente, o futuro D. João VI, consegue que “eu, seu pupilo primogénito, fosse agraciado com os títulos da casa de meus antepassados, bens da Coroa e direitos banais que a mesma desfrutava, os quais rendiam para cima de 14 000\$000 r [êi]s. por ano” (Alorna, 1926, p.6).

Para tanto, era necessário que a criança, apesar de contar menos de cinco anos, se dirigisse a Maria e fosse apresentada a Sua Alteza. Depois dessa formalidade, todos os direitos ficavam reconhecidos aos Fronteira e Alorna podiam continuar a beneficiar sem sobressaltos da sua considerável fortuna.

O que vai ser essa deslocação a Maria a partir do palácio de Benfica onde o jovem órfão vivia, assim como a própria cerimónia de que seria protagonista, é descrito pelo Marquês com um admirável senso de discrição e humor. Em primeiro lugar, a evocação do veículo e da ocupação do seu espaço interno, de que seguramente a parte menos cómoda era a que cabia ao herdeiro primogénito dessa grande casa:

Saí de noite de Benfica, meio a dormir, em uma sege, acompanhada por um íntimo amigo de meu Pai (...) e por Mr. Fabre, meu guarda-roupa, emigrado francês.

Ajornada, segundo as minhas reminiscências, não foi das mais cómodas. A sege, uma das mais antigas de meu Pai e tal vez de meu Avô, feita naturalmente de propósito para estas viagens, era estreita e não oferecia outra vantagem

gem, além da sua solidez, para resistir aos baldões dos pés si mos ca mi nhos (...).

Os meus com pa nhe i ros ocu pa vam uma boa parte do ve í cu lo, não só por que eram bem for ne ci dos de car nes, mas por que iam em bu ça dos em gran des ca po tes; e o res to ia por tal for ma che io com as con de ças e sa cos com a mi nha to i let te de Cor te e com as gran des la tas de gu lo di ces que o vel ho co pe i ro de meu Pai (...) para ali ti nha me ti do, que pou co es pa ço fi ca va para me as sen tar, indo por isso qua se sem pre no colo de um de les.

Se as con di ções de ins ta la ção eram já de si mes mas al ta men te in có mo das para a crian ça, esta si tua ção ne ga ti va agra va va-se pela ve lo ci da de a que se con du zia o ve í cu lo. Ela tor na va-se tan to mais pe ri go sa quan to eram ei va dos de pe ri gos os des ví os e in cli na ções da es tra da, designa da men te na la de ira de Che le i ros, ain da hoje caracte ri za da por uma encos ta mu ito acentua da. Assim re cor da o Mar quês de Fron te i ra e de Al or na, não sem al gu ma im pre cisão, o acidente ocor ri do du ran te a via gem:

Na que la épo ca era moda o vi a jar a toda a bri da e, em bo ra os a mos qui ses sem o con trá rio, os bo lie i ros não obe de ci am: o ca va lo da sela con serva va-se sem pre a ga lo pe, en quan to o das va ra sia a tro te ras ga do. Nes tas vi a gens a Ma fra acon te ci am mu itas ve zes des gra ças ter rí ve is. Na des ci da de Che le i ros ca iu-me o ca va lo das va ras, es ca pa ndo eu por mi la gre de sair pela se ge fora, e fi car tal vez mor to. Este acon te ci men to atra sou al gu ma co i sa a jo r na da e não me lem bra o me io de que se ser vi ram para a po der mos con ti nu ar.

Uma vez em Ma fra, é re ce bi do com todo o des ve lo pe los em pre ga dos da Casa Real, que guar da vam ex ce len te me mó ria de seu Pai e la men ta vam a sua mor te pre ma tu ra. Mas os di re i tos psi co ló gi cos da crian ça, por assim di zer, re cu pe ram o seu lu gar e logo a par tir des se mo men to fa zem-se ou vir sem mais in i bi ções:

Logo que che gue i, en tre i a gri tar pe las cri a das que ti nha de i xa do em Ben fi ca e, ape sar dos es for ços que em pre ga vam e promessas que me fa zi am, não po di am so ce gar-me.

Os adul tos ini ci a men tão uma es tra té gi a de se du ção da cri an ça, a fim de a per su a di rem a ace i tar as con ven ções do lu gar:

Le va ram-me ao colo para o quar to de ou tro tio que re si dia na Cor te e era en tão Mi nis tro dos Ne gó ci os Es tra n ge i ros (...) e aí, de po is de gran des promessas, pre sen tes de bo ni tos e mu i to doce, con se qui ram des pir-me o fa to de via gem, um pou co ori gi nal (pois era um cha pé u cin zen to com gran de la ço azul e encarna do, um ba ju ver de com ala ma res de oi ro, gran des fo lhos ca í dos na ca mi sa, cal ções de ve lu di lho pre to com gran des la ços bran cos ca í dos, me i as cor de carne, e sa pa tos com la ços bran cos) e ves ti ram-me à Cor te.

A par te mais tra ba lho sa do ser vi ço cou be na tu ral men te a Mon si e ur Fa bre, o fran cês ex ila do que gan ha va a vi da como guar da-roupa do pe que no Mar quês. Ele pró prio o con fessa ao es cre ver:

Foi isto ne gó cio di fi cil para o meu guar da-roupa, por que, ten do eu o ca be lo com pri do e ane la do, e sen do pre ci so pô r uma ca be le i ra em po a da e de ra bi cho, não como a do gran de Mar quês de Pom bal, mas do mes mo gé ne ro, ain da que em mi ni a tu ra, eu, a quem ela in co mo da va, que ria a to dos os mo men tos ti rá-la, cor ren do as sim o ris co de se per der o tra ba lho que o cabe lei re iro ti ve ra em Ben fi ca para ar ran jar aque la obra.

O in fan til re bel va va-se, pois, con tra o con ven ci o na lis mo dos adul tos, in ca pa zes de me di ras dis tân ci as en tre os dois uni versos em pre sen ça. Tal re be lião ma ni fes ta va-se em to das as opor tu ni da des:

Amuito custose conseguiram como dar-me. Vestiram-me uma camisa com grandes punhos e bofes de renda de França, um pescoquinho branco aperta do por uma fiavela de aço, uns calções de veludo preto com fiavelas de aço e laços pretos, meias de seda branca, sapatos pretos com grandes saltos encaixados e abotoados de madre pérola, espadim com copos de aço, e chapéu elástico de plumas brancas.

Assim vestida e armada, a criança com menos de cinco anos entrava no mundo da ficção adulta sem que pudesse, nessa época, decodificá-la. Ele próprio o confessava ao revelar como galgava de um ápice até ao topo a escadaria das hierarquias nobiliárquicas:

Nunca fui ao Paço sem espada, porque nunca fui Moço Fidalgo, tendo gozado, desde a idade de cinco anos, as honras de Grande do Rei no.

Havia, no entanto, que consumar a cerimónia de iniciação que no Paço de Marfasse representava. À distância dos anos, o Marques de Fronteira evoca-a com um sentimento irónico, na sucessão de terrores em que ela se constituiu:

Conduzido por meu tutor e tios, encaminhei-me para a sala de recepção do Príncipe Regente, sendo acompanhado pelos meus dois companheiros de jornada até onde a etiqueta da Cortelhes permitia, mas, apenas os perdi de vista, desatei num berreiro de choro, sem que rerseguir por diante, gritando por meu irmão de quem nunca me tinha separado, e por Mr. Fabre, meu guarda-roupa. Logo que avisei S. A., tremito de medo, tal foi a impressão que me caiu sobre a sua fealdade, mas, conhecendo que se todos os que o cercavam, por que ou eram meus parentes ou amigos de meu Pai, tranquilizei-me.

A cena vai atingir o seu vértice cómico e equívoco, precisamente no acto seguinte, rememorados nestes termos:

Sua Alteza costumava fazer sempre a mesma pergunta às crianças que, na minha posição, lhe eram apresentadas, e era ela: Para que lhe serve a espada que traz à cinta? Meu tio tinha-me ensinado a resposta que eu, à força de me ser repetida, de co rei, e, quando S. A., segundo a etiqueta, me fez a pergunta, respondi de pronto: Para de fender a V. A.! O Príncipe nem para mim olhou, e es tou hoje convencido de que nem viu a minha resposta.

Logo que respondi, gritei por Mr. Fabre, e S. A., persuadindo-se de que eu tinha levado comigo um frade, disse para meu tio: Chame o Fra de! Meu tio disse-lhe que era pelo meu guarda-roupa que eu chamava e que não era fra de.

Esta atmosfera burlesca envolve a cena capital em que a criança, travestida de adulto e transportada para um mundo adulto mas fictício, recupera os direitos à sua própria infantilidade.

A criança da rua: o revolucionário

Deitado a Antero de Quental em 1873 por Guilherme de Azevedo, *A Alma Nova* é uma das obras poéticas mais extraordinárias da chamada Geração de 70. Nesse livro, em que verdadeiramente la tejam os novos ideais do século, fala-se de facto da Humanidade da Justiça.

Num dos seus poemas, Azevedo insere o que poderíamos chamar o *discurso da Ordem*, a interpelação brutal da criança da rua, em cujo vultofranzino se divisa desde logo o futuro revolucionário.

Assim começa o poema:

Pequenino, donde vens cantando a

[MARSELHESA;

Da barricada infa me ou doutra vil torpeza?

Diante destas alternativas, o futuro que se lhe atribui nada tem de ri sonho. Oculta na

sua mão po de rá es tar a lâ mi na mor tal ou a lima des ti na da a adel ga çar os fer ros da mas mor ra. O seu fu tu ro é am bú guo: vulto de ar can jo, ei-lo que es vo aça en tre as fu ma ças do pe tró leo com que os seus ca ma ra das da Co mu na ti nam de i ta do fo go a Pa ris. É pre ci so for çá-lo a des co brir-se e a re ve la ra arma te mí vel que trans por ta, e que é, afi nal, a do sa ber e da cul tu ra:

Que es plên di do por vir! Do nada ape nas saís
come ças a mor der as púr pu ras re aís,
ó fi lho tri vi al da lí vi da ca na lha!...
E, va mos, de i xa ver, guar das te uma na va lha?!
Não tre mas que eu bem vi! Que tra zes tu na
[mão?
Inten tas já li mar as gra des da pri são,
Fazendo cin ti lar um fer ro con tra o só lio,
Ar can jo que ade ja is nos fu mos do pe tró leo?!...
Mas, va mos, abre a mão: não que i ras que eu te
[dê.
Ban di do, eu bem di zia! – a car ta do ABC!...

Escrito no quadro do revolucionarismo ro mân ti co, o po e ma é uma das mu i tas glo ri fi ca ções oi to cen tis tas da cri an ça po bre e do po der ex tra or di ná rio da es co la ri za ção pri má ria, por me io da es co la ou de mo da li da des in for ma is de ins tru ção po pu lar, re la ti va men te ao des ti no so ci al. A ilu são da fe li ci da de fu tu ra da cri an ça mi se rá vel gra ças, ape nas, à for ça da edu ca ção.

A criança da rua: a educação “natural”

Em 1851, La ti no Co el ho (1825–1891), es cri tor, mi li tar, po lí ti co, mem bro da Aca de mia Real das Ci ên ci as e len te da Es co la Po lí té ni ca pu bli ca va na *Revista Popular*, editada em Lis bo a, a crô ni ca in ti tu la da *O Gaiato*, mais tar de re col hi da na ga le ria dos *Tipos Nacionais*. Era um re tra to do que cha ma mos *criança da rua*, cujo mo do de vi ver pro vo ca va a re pul sa das clas sessu pe ri o res. A pró pri a pa la vra *gaiato* su ge ria des de lo go um in di ví du o de or ien ta ções am bú guas. Como es cre ve La ti no, tra ta va-se de um

enterepugnante, cujo nome so a va “equi vo ca men te aos ou vi dos cas to se de lí ca dos” (p.23).

En tre tan to, o gai a to re pre sen ta mais do que um ti po de cri an ça. Ele trans por ta con si go o *ger men dos des ti nos da pá tria*, am bi va lentes e in cer tos. O gai a to, ho je, não se ria tan to um ser que su ge ri ria a “de gra da ção da espé cie hu ma na no pri me iro al vo re cer da vi da”: mais do que isso, se ria “uma po si ção so ci al que ser ve co mo de pon to de par ti da pa ra des ti nos glo ri o sos ou ignó be is, lu cra ti vos ou mi se rá ve is” (p.24).

Na so ci e da de por tu gu e sa de me a dos do sé cu lo XIX, em ple no mo vi men to his tó ri co da Re ge ne ra ção, a vi da de i xa ra de ter ape nas co mo te a tro o ce ná rio do mé ti co e pas sa ra a ser pú bli ca: a rua, afir ma La ti no, “é o ver da de iro te a tro on de a ci vi li za ção vai des fi lan do, en tre os apla u sos e as pa te a das de es pec ta do res an ta go ni stas” (id.). De cor re ria daí que o gai a to go za va de in e gá ve is van ta gens so bre os seus ad ver sá ri os. Em lu gar de de ver ser cri a do no res guar do dos la res, era

...um ser pri vi lé gi a do den tro da fa mí li a hu ma na. Qu a se que nas ce li vre. Qu a se que veio ao mun do já he ró i e pro ta go nis ta de cem dra mas gran di o sos. A fe i to às du re zas da vi da, ex pe ri men ta do a to das as in tem pé ri es, po de di zer que é o ho mem da na tu re za, li vre co mo ela, li ge iro co mo o ven to, sa gaz co mo a ra po za, bra vo co mo o leão das sel vas. (p.24–25)

Esta lu ta pela vi da le va o gai a to a de sen vol ver ca pa ci da des que, de ou tro mo do, fi ca ri am co ac tas. Ele é A qui les, “no me io de uma ci da de po pu lo sa, en la me a da, nas vi elas es tre i tas e in fec tas de um bai rro es cu so” (p.25–26). É fol he ti nis ta, quer di zer, jo nal is ta sa tí ri co, “por ín do le, por ne ces si da de, ra ras ve zes por dis trac ção” (p.26). É “ob ser va dor por in stin to e crí ti co por por há bi to” (p.27). Sem que nun ca ti ves se li do Ho rá cio nem Al phon se Karr, “a sua crí ti ca é im placá vel e per pé tua. A pa re ce um ri dí cu lo, e o gai a to

sa u dou-o logo com o dic t é rio, com a zom ba ria, com a apu pa da es tron do sa” (id.).

Edu ca do, por as sim di zer, pela *natureza*, o ga i a to ex ce de to das as ex pec ta ti vas. Os seus dons de crí ti co po dem ex pri mir-se por meio de um epigrama, do lançamento de uma laranja podre ou de um pedaço de hortalica...Deleita-se com a música:

A sua gar gan ta, mais elás ti ca do que a do can tor mais vitoriado, desata-se em notas variadíssimas de um as so bio agu do e pe ne tran te. O ga i a to, que na vida so ci al é um tipo e um ti ro cí nio, é no mun do mu si cal um meio que a Pro vi dên cia des ti nou a vul ga ri sar os can tos que de vem tor nar-se populares.(p.29)

As vocações do gaiato podem desdobrar-se em vários campos. Inicia do nos mistérios da *fortuna social*, ele sa berá as cender to dos os de graus da *epopeia gatunal*, para usar a expressão de Latino, quando a vida lhe depara oportunidades. Inspirando-se em Malthus, o cronista dirá que “no banquete social não haverá ta lher para to dos os con vi da dos” e, des se modo, nem todos os gaiatos chegarão a posições des ta ca das na vida. Des se modo não po de rá ir muito longe:

O ga i a to, que nas ceu de ba i xo des te ho rós co po funes to, que lhe nega todo o aces so so ci al, fi ca rá sen do ga i a to toda a vida, e, com o apon tar da virilidade, receberá, como ga lar dão dos seus ser vi ços, o di plo ma de ma lan dri no. (p.36)

Re tra to de cri an ça, his to ri ca men te e so ci al men te da ta do, ele re pro duz a ace i ta ção da adultificação prematura da infância, apon tan do a fi nal como mo de los vir tu o sos de vida aqueles que, como dizia o romancista Soeiro Pereira Gomes, nunca foram meninos.

Perante este quadro, perguntamo-nos se o gaiato representa verdadeiramente uma criança, pelo menos tal qual o re tra tou La ti no Coelho, ou se, pelo contrário, ele representa um adul to su be vo lu í do do pon to de vi sta fi si co mais do que do ângulo mental. O gaiato não traz até nós ne nhu ma re ac ção de in fân cia, ao con trá rio do Mar quês de Fron te i ra que, adultificado, solta em liberdade incómoda a criança que ha via em si.

Conclusões

É bem ver da de que *infância* se es cre ve no plu ral. Ca te go ria his tó ri ca, so ci al e psi co ló gi ca, a in fân cia e aque les que dela são por ta do res, ou antes, que a vivem, ap re sen tam uma considerável variedade de perfis. Sob essa va rie da de se rá ne cess á rio des co bri ro que exis te de co mum, para além dos de li ne a men tos im pre ci sos.

Por ou tro lado, é pre ci so re cor dar que estes retratos de crianças não provêm directamente de crianças, senão que foram produzidos por aqueles que já não eram me ni nos. A his tó ri a da in fân cia, a his tó ri a da criança consti tuem, até certo pon to, his tó ri as de si lên ci os, de crô ni cas que nin guém es cre veu.

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE- BIDON, Danièle. Grande uret rennaissance du senti ment de l'enfance au Moyen-Âge. *Histoire de L'Education*. Édu ca ti ons mé dié va les: l'enfance, l'école, l'église en oc ci dent. (Ve. – X siè cles). Pa ris, nº 50, p.39-63, mai 1991.
- ALORNA, Mar quês de Fron te i ra e. *Memórias*. Co im bra: Impren sa da Uni ver si da de, 1926.
- AZEVEDO, Gui lher me de. *A alma nova*. 2. ed. Co im bra: Impren sa da Uni ver si da de, 1923.
- BECCHI, Egli; JULIA, Do mi ni que (a cura di). *Storia dell'infanzia*. Ro ma-Bari: Edi to ri La ter za, 1996. 2 v.
- COELHO, Latino. O Gaiato. In: *Tipos nacionais*. Lisboa: s.d.
- LOPES, Fer nã o. *Crô ni ca de D. João I*. Porto: Li vra ria Ci vi li za ção, 1990. 2 v.
- LEVI, Gio van ni; SCMITT, Je an- Cla u de. *Histoire des jeunes en occident*. Pa ris: Du Se u il, 1996. 2 v.
- RICHE, Pierre. Réfléxions sur l'histoire de l'éducation dans le haut moyen âge. *Histoire de L'Education*. Édu ca ti ons mé dié va les: l'enfance, l'école, l'église en oc ci dent (Ve.-XI siè cles), Pa ris, nº 50, p.17-38, mai 1991.

Recebi do em 03.10.00

Apro va do em 20.02.01

Rogério Fernandes tem vasta produção sobre história da educação portuguesa, publicada também no Bras il. É pro fes sor na Fa cul da de de Psi co lo gia e Ci ên ci as da Edu ca ção da Uni ver si da de de Lis bo a. Par ti ci pa da Rede de In ves ti ga do res em His tó ria e Mu se o lo gia da Infân cia e da Edu ca ção (RIHME).